

## NOTA TÉCNICA Nº 001/2010

Brasília, 04 de fevereiro de 2010.

---

**ÁREA:** Jurídico

**TÍTULO:** Precatórios e a Emenda Constitucional nº 62/2009

**REFERÊNCIA(S):** art. 100 da Constituição Federal de 1988; art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002; Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009

---

### 1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Emenda Constitucional nº 62 foi promulgada em 9 de dezembro de 2009 trazendo novas regras para o pagamento de precatórios para Estados, Distrito Federal e Municípios.

O problema de ressarcimento dos precatórios é antigo e o sistema de pagamento precisava com urgência de mudanças para que os entes federados pudessem efetivamente arcar com o pagamento de seus débitos sem comprometer a prestação de serviços públicos essenciais.

Na promulgação da Constituição Federal de 1988, o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) já previa autorização do parcelamento de precatórios pendentes em até 8 anos. Do mesmo modo, o art. 78 do ADCT, incluído pela EC 30/00, autorizou o parcelamento do pagamento de precatórios em até 10 anos.

Ocorre que os parcelamentos existentes em decorrência dos elevados juros e correções monetárias, tornaram esses débitos impagáveis.

A presente Emenda Constitucional permitirá que a opção pelo regime especial possibilite aos Municípios disponibilizar percentuais fixos dos orçamentos para cumprir com esta obrigação.

### 2. REGIME ESPECIAL

A principal inovação apresentada pela Emenda Constitucional é o regime especial de pagamento dos precatórios, disposta no art. 97 do ADCT, que vigorará enquanto não editada lei complementar para estabelecer outra forma de regime especial de pagamento dos precatórios.

Pela Emenda, os municípios que aderirem ao regime especial seguirão a sistemática de pagamento do art. 97 do ADCT, restando suspensa a aplicação do disposto no art. 100 (salvo exceções tratadas adiante).

A partir da leitura do caput do art. 97 do ADCT, verifica-se que é obrigatória a adesão ao regime especial pelos municípios que estejam em mora na quitação de precatórios vencidos.

Para aqueles municípios que possuem precatórios vencidos e que não aderirem ao regime especial a “penalidade” será o pagamento da dívida conforme as regras do art. 100 da Constituição Federal.

O prazo para adesão ao regime especial estipulado pelo art. 3º da Emenda Constitucional 62 é de até 90 dias após a publicação da mesma, ficando assim definido em 09 de março de 2010.

A adesão ao regime especial deverá ser feita por meio de ato do Poder Executivo, Decreto, que estabeleça apenas a adesão ao regime a forma de depósito dos recursos destinados ao pagamento.

Ingressarão no regime especial os precatórios não pagos na data da publicação da Emenda 62, o saldo devedor dos parcelamentos dos arts. 33<sup>1</sup> e 78<sup>2</sup>, os acordos judiciais e extrajudiciais, bem como os precatórios emitidos durante o período de vigência deste regime especial.

Não ingressarão no regime especial os acordos de juízos conciliatórios formalizados até 9 de dezembro de 2009 (data de promulgação da Emenda Constitucional).

## **2.1 Formas de Depósitos no Regime Especial**

No regime especial, Estados, DF e Municípios optarão, até 09/03/2010, por meio de decreto, pelo depósito mensal de parte da Receita Corrente Líquida – RCL ou pelo parcelamento do saldo em precatórios em até 15 anos.

Haverá uma conta especial para os depósitos, que será administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado, ainda que os precatórios sejam expedidos pelos tribunais trabalhistas.

### **2.1.1 Depósito mensal de parte da RCL (inciso I, § 1º do art. 97, ADCT)**

Os municípios deverão depositar mensalmente, em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo este percentual de:

---

<sup>1</sup> Art. 33. Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.

Parágrafo único. Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

<sup>2</sup> Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.

§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.

§ 2º As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.

§ 3º O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o sequestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação.

1% para os municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, ou das regiões Sul e Sudeste cujo estoque de precatórios corresponder até 35% da RCL e

1,5% para municípios das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios corresponder a mais de 35% da RCL.

Neste caso, o regime especial perdurará enquanto o valor dos precatórios devidos for superior aos recursos vinculados, ou seja, a entidade federativa só voltará a obedecer a regra do art. 100 da Constituição Federal quando os débitos judiciais forem menores que os recursos depositados na conta especial.

#### 2.1.2 Parcelamento em 15 anos (inciso II, § 1º do art. 97, ADCT)

O percentual a ser depositado na conta especial corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

$$\frac{\text{SALDO DE PRECATÓRIOS} + \text{ÍNDICE CADERNETA DE POUPANÇA} + \text{JUROS SIMPLES}}{\text{NÚMERO DE ANOS}}$$

## 2.2 Destinação dos recursos depositados na conta especial

#### 2.2.1 Destinação de, no mínimo, 50% para pagamento pela ordem cronológica.

Dos recursos depositados na conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça estadual, pelo menos 50% (cinquenta por cento) serão destinados para pagamento de precatórios pela ordem cronológica, respeitada a preferência dos precatórios alimentícios (ano corrente) e dos vinculados a pessoas com 60 anos de idade ou mais ou portadoras de doenças graves (todos os anos).

Em que pese à preferência aos precatórios alimentícios de titular de 60 anos de idade ou mais e portador de doença grave tratada acima, haverá um limite equivalente ao triplo das obrigações de pequeno valor.

Os municípios possuem autonomia para estabelecer, por meio de lei municipal, a definição de pequeno valor, porém ficarão vinculados a no mínimo o valor do maior benefício do regime geral de previdência social, que atualmente está definido em R\$ 3.218,90.

Caso os municípios não estabeleçam até junho de 2010 a definição de pequeno valor por meio de lei, terão que adotar o estabelecido no art. 87 da Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002 que é de 30 salários mínimos, ou seja, o limite, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 100 da Constituição Federal, será de 90 salários mínimos.

#### 2.2.2 Destinação do restante dos recursos

O restante dos recursos serão utilizados conforme opção expressa do Poder Executivo, por decreto específico.

As opções são:

- leilão realizado por entidade credenciada pelo Banco Central ou Comissão de Valores Imobiliários e/ou

- ordem crescente de valor, ou seja, pagam-se primeiro os precatórios de menor valor e/ou

- acordo direto com os credores, na forma estabelecida por lei própria da entidade devedora, que poderá prever criação e forma de funcionamento de câmara de conciliação.

### **3. REGRAS DO ART. 100 CF QUE VIGORAM DURANTE O REGIME ESPECIAL**

A emenda dispõe que enquanto durar o regime especial, o art. 100 da Constituição Federal será inaplicável. No entanto, o caput do art. 97 traz algumas exceções a esta regra, quais sejam:

3.1 Prioridade no pagamento de precatórios de natureza alimentícia aos idosos com sessenta anos de idade ou mais bem como aos portadores de doença grave sobre todos os demais débitos.

Haverá um limite para pagamento desses precatórios equivalente ao triplo das obrigações de pequeno valor.

3.2 Pagamento das obrigações de pequeno valor não sujeita à ordem cronológica geral.

Além do pagamento de precatórios no regime especial os entes deverão arcar com o pagamento das obrigações de pequeno valor.

Essas obrigações possuem fila específica.

3.3 Compensação (precatório x dívida)

No momento da expedição do precatório, o Poder Judiciário informa a entidade devedora que vai pagar tal credor e a questiona sobre eventuais dívidas deste credor com a Fazenda Pública, determinando como prazo para resposta em 30 dias. Caso a entidade devedora informe a existência de débitos, o Poder Judiciário efetivará o automático abatimento de débito que o credor tenha junto a Fazenda Pública, esteja inscrito ou não em dívida ativa. Se a entidade devedora não informar ao Tribunal sobre os débitos do credor junto a Fazenda Pública, perderá o direito ao abatimento.

3.4 Compra de imóveis públicos com precatórios

Ao credor é facultada a compra de imóveis públicos com créditos em precatórios, obedecendo-se, porém, o que vier a ser estabelecido em lei da entidade federativa devedora.

3.5 Atualização pelo índice da caderneta de poupança

Com a promulgação da Emenda (9.12.2009) ficou estabelecida a atualização dos precatórios pelo índice da caderneta de poupança e a mora compensada, atualizada por juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

3.6 Cessão de créditos em precatórios a terceiros

O credor poderá ceder seu crédito em precatório a terceiro, independentemente da concordância da entidade devedora. Contudo, o adquirente não será atingido pelos benefícios das preferências atribuídas aos títulos de pequeno valor, nem aos precatórios cujos titulares tenham mais de 60 anos de idade ou possuam doença grave.

A cessão somente produzirá efeitos após comunicação do cedente, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

#### **4. SANÇÕES**

Para o caso de não liberação dos recursos pelos entes federados, na forma estabelecida, a Emenda Constitucional prevê as seguintes sanções:

- seqüestro por ordem judicial ou, alternativamente, compensação automática dos tributos devidos e não pagos pelo credor e o precatório e havendo saldo em favor do credor, o valor terá automaticamente poder liberatório do pagamento de tributos de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, até onde se compensarem,

- proibição de contratação de empréstimos e recebimento de transferências voluntárias,

- penalidade do Chefe do Poder Executivo pela Lei de Responsabilidade Fiscal,

- retenção do FPM.

---

Jurídico/CNM  
jamille@cnm.org. br  
(61) 2101-6061